

Prefácio

Ninguém fica impassível diante da imagem dessas casinhas baixas, cobertas de caquinhos coloridos, cujas platibandas, em guisa de frontões, exibem formas geométricas e figurativas. A curiosidade despertada pelas fachadas fica ainda mais aguçada quando se aprende que essa arquitetura é conhecida pelo nome pitoresco de “Raio que o parta”.

Mas o livro *Raio que o parta – uma arquitetura marcante no Pará* faz mais que nos levar a contemplar essas fachadas singulares. Com ele, suas autoras e autor nos levam a fazer uma viagem no tempo e no espaço, imergindo na cultura, nas tradições e nas ambiências da região amazônica. Mais do que isso: este livro vai muito além do registro de uma expressão popular, transcendendo esse propósito e trazendo consigo a reflexão sobre a força sociocultural que emerge desse fato humano, a casa.

Portanto, o livro que o leitor tem nas mãos não fala apenas de arquitetura, mas de cultura, de identidade, de história, de vida humana em toda a sua riqueza.

Aprende-se, neste livro, que a expressão “Raio que o parta” foi cunhada nos anos 1960 e usada de forma pejorativa para depreciar a arquitetura popular diante da arquitetura erudita de base modernista. Nessa época, vivia-se um período de expansão territorial das ideias do movimento moderno, que foram forjadas nas primeiras décadas do século XX e que tinham na arquitetura um dos seus maiores rebatimentos.

Em que se pese o risco de cair num reducionismo (que será logo corrigido pelas ricas informações contidas nesta obra), convém lembrar, de forma bem generalizada,

que a denominada “arquitetura modernista brasileira” foi influenciada pelos preceitos de Le Corbusier e por um racionalismo construtivo. Tais preceitos resgatam a tríade vitruviana na ideia da casa como uma “máquina de morar”, cujo programa propõe uma habitação resolvida em pequenos espaços funcionais e uma estetização própria das diretrizes para o “viver moderno”. A arquitetura, assim, era usada como ferramenta para “catequizar” as pessoas com o intuito de transformá-las em “seres modernos”, “universais”, vinculados ao mundo ocidental e desconectados do contexto cultural local.

Lúcio Costa, em seu texto “Arquitetura brasileira” (1952), compara a “*massa edificada de aspecto vulgar e inexpressivo*” com a “*revolução nos usos e costumes da população*” que teria assimilado o gosto moderno, com o “*apuro arquitetônico*”, o que, dizia ele, fazia o arquiteto contemporâneo brasileiro merecer “*se sobressair em primeiro plano no mercado da reputação internacional*” (p. 7). Nesse contexto, os arquitetos brasileiros estavam convictos de que a arquitetura dita modernista, aqui produzida, mostraria ao mundo que o Brasil deixava de ser um Estado internacionalmente periférico para se situar numa posição de superioridade cultural. Assim, a arrogância que desmerecia o gosto popular estava contextualizada.

Mas se o modernismo pregava justamente esse gosto universal, a padronização, a racionalização formal e o modelo asséptico a ser perseguido sem distinção do local ou da cultura de quem ali habitaria, a sua reinterpretação, em contextos regionais, foi sendo feita de forma completamente oposta. Habitantes rurais e urbanos absorveram a estética modernista à sua maneira e imprimiram em seus espaços uma releitura regional, fazendo prova de criatividade, de capacidade adaptativa e da incrível diversidade cultural de nossa população.

No caso das aglomerações da região amazônica e, mais especificamente, na região belemense, essa releitura se deu não apenas nas expressões estéticas, mas a partir de toda uma adaptação às ambiências regionais, formando um ecossistema genuíno. O conceito de ecossistema, aliás, em sua etimologia, traduz perfeitamente a ideia de uma interdependência complexa e equilibrada entre a casa e os contextos ambientais, sociais e culturais.

Muito mais do que classificar a arquitetura Raio que o parta como popular ou espontânea, o que mais fascina é que se trata de uma arquitetura legítima e autêntica, possuindo um caráter vernacular e traduzindo a visão de mundo de seus habitantes. Trata-se de uma resposta aos referenciais éticos e estéticos dos quais seus moradores retiraram a matéria simbólica para construir seus planos de vida.

Trata-se também do resultado de um processo de apropriação (material e imaterial) dos espaços. Ao imprimirem novos valores e significados em sua arquitetura, os habitantes estabeleceram relações de afeto e pertencimento, criando narrativas

que buscaram explicar o seu lugar no mundo a partir das escolhas plásticas e projetuais. Um processo de uma construção identitária que usou o espaço construído para se estabelecer.

Trata-se, finalmente, de uma marca do tempo impressa nas pedras da cidade.

Raio que o parta. Um objeto de tamanha importância não poderia ser tratado de forma leviana, como simples curiosidade, como alegoria divertida. Ao contrário: este livro traz um estudo seríssimo desenvolvido com rigor científico pelo LAMEMO/UFPA ao longo de mais de 15 anos por meio de mapeamentos, análises, cartografia e datação dos exemplares, pesquisas aplicadas com moradores e construtores. Tais pesquisas, baseadas em teses e dissertações, ressaltam a importância histórica, demonstram que o Raio que o parta é um importante patrimônio paraense.

O livro lança também um alerta sobre o risco de apagamento dessa expressão cultural. Muitas casas Raio que o parta estão sendo descaracterizadas ou demolidas. Algumas casas remanescentes não vieram abaixo muito mais pela falta de recursos de seus moradores em empreender reformas do que pelo reconhecimento do valor patrimonial que possuem. Deve-se ressaltar, neste ponto, a relevância deste livro como um possível instrumento de conscientização tanto dos órgãos de proteção como da população em geral sobre a importância de preservar esses exemplares.

Isso posto, destaca-se que um dos benefícios derivados da leitura deste livro se encontra, justamente, na experiência única e “radiante” que o leitor vivencia ao se envolver com essa viagem no tempo e no espaço proposta pelos autores. Uma viagem imersiva na poética desses caquinhos paraenses que, juntos, demonstram a potência da arquitetura como expressão popular.

Cristiane Rose Duarte

Docente aposentada como professora titular da FAU-UFRJ

Docente do quadro permanente do PROARQ-UFRJ

Pesquisadora 1A do CNPq e cientista CNE da FAPERJ

Rio de Janeiro, novembro de 2023

